

# FLASH MOB, RECONHECIMENTO MÚTUO E RESPONSABILIDADE PELO OUTRO: PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E ÉTICOS PARA UMA DISCIPLINA JURÍDICA DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO AMBIENTE VIRTUAL

*Wanderley Andrade da Costa Lima\**

*Ricardo Rossetti\*\**

## RESUMO

As novas tecnologias de comunicação favoreceram a criação de novas formas de integração, de compartilhamento de valores, sentimentos, ideais e sentidos da realidade, constituindo uma nova identidade do sujeito: a de um sujeito *on-line*. Essas formas nem sempre são devidamente previstas pelo Ordenamento Jurídico vigente, de modo a constituir uma disciplina suficiente para regular a prática comunicacional de maneira virtuosa. A própria orientação tradicional da dimensão espaço-temporal da comunicação fora substituída por uma nova orientação: a de uma condição metatemporal do sujeito que, agora, consegue estabelecer relações dialógicas capazes de enredar um grande número de pessoas num rápido movimento de manifestação de consenso através da *flash mob*. Com essa nova compreensão da realidade dos processos comunicacionais, urge uma noção de responsabilidade capaz de dar conta da intenção ética dos sujeitos *on-line* que passam a se manifestar silenciosa e enfaticamente como elemento de uma nova identidade ética do sujeito responsável pelo outro. Trata-se de uma perspectiva que

---

\* Doutor em Direito Comparado pela Universidade de Munster, Professor da Universidade Nove de Julho (Uninove) e da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). E-mail: [pilgrimoz49@gmail.com](mailto:pilgrimoz49@gmail.com)

\*\* Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor da Universidade Paulista (Unip) e da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). E-mail: [epitofilos@uol.com.br](mailto:epitofilos@uol.com.br)

visa ultrapassar os limites lógico-positivos da norma jurídica, e de toda uma tradição dogmática da teoria da responsabilidade jurídica, com vista a despertar no sujeito uma reflexão ética a partir de uma filosofia do direito das relações sociais.

**Palavras-chave:** redes sociais; *flash mob*; consenso; intenção ética; responsabilidade jurídica ambiental.

#### ABSTRACT

The new communications technologies have brought recent forms of integration, share os values, feelings, idealism and sense of reality, all together making a new category for persons identified as: people on-line. Even the traditional space-time dimension of convergence has been replaced by new guidelines: a metatemporal condition of the individuum, who now is able to establish dialogical relations among a broader number of peoples in a fast movement called flash mob. To understand these new communications tools like flash mob one has to think of the urgent need of a special kind of responsibility, which should keep the pace and get coversant with ethical principles directed to the on-line dwellers. Flash mob as silent manifestations to carries through the search for new ethical landmarks concerning on-line travellers. This perspective aiming to go beyond the logical assessment of the legal norm is related to an extensive dogmatic tradition, which is based on legal responsibility focused to grant to the individual a deeper reflection settled on those ethical juridical philosophical principles that rules society relations.

**Keywords:** social networks; *flash mob*; convergence; ethical references; environmental and legal responsibility.

A invenção da imprensa com tipos móveis, por Gutemberg, no século XV, tornou-se base para a produção de livros, o que, a partir desse momento, determinou a forma de transmissão de conhecimento e comunicação da Humanidade. Da mesma forma, a rede mundial de computadores – “*world wide web (www)*” –, criada em 1989, sustentáculo daquilo que

se tornou popularmente conhecida como *Internet*, provocou o nascimento de um suporte tecnológico que, por sua vez, propiciou o surgimento de um instrumento batizado como “rede social”, alterando substantiva e definitivamente nossa percepção das relações humanas.

O desdobramento da *Internet* trouxe para a sociedade desenhos de relacionamentos pessoais e coletivos que, aos olhos dos participantes e observadores, remetem a uma espécie de caleidoscópio digital constituído por peças de um mosaico perenemente inacabado e, por consequência, desprovido de limites para a criação. Essas partículas de composição do quadro geral mostram, desde os chamados *sites* de informações, parte do cotidiano ao redor do planeta como, e principalmente, espaços para participações que abrangem todos os campos de interesse e de atividades humanas e de todas as formas possíveis de interação social e pessoal, sem exceção. *Redes sociais* são uma das consequências desse novo formato de apresentação das e nas relações entre indivíduos, povos e nações: verdadeiras comunidades sociais se formam a partir de uma plataforma virtual, que permitem o estabelecimento de processos dialógicos quase sem limites, que são capazes de comunicar valores, ideais, sentimentos, intenções etc., e ainda, de criar e recriar novos modos de interação social (FRANCO, 2012, p. 1-3), o que certamente requer uma disciplina moral e, talvez, jurídica inovadora para a prática dessas formas de interação. Nesse sentido, o próprio conceito de ambiente enquanto lugar das ações e das relações humanas sofre uma significativa transformação, indicando uma nova dimensão e um novo espectro de percepção para sua compreensão, o que sugere uma ruptura daquela taxionomia tradicional das categorias ambientais (em ambientes naturais, artificiais e culturais), comumente sustentadas pelas ciências ambientais, que carregavam uma forte carga materialista e concretista em seu processo de reconhecimento, de modo que, a partir de agora, não há como escapar de

uma nova perspectiva segundo a qual se deve considerar a existência de duas concepções de ambiente: a do ambiente concreto-material, dentro da qual se localiza aquela taxionomia tradicional, e a do ambiente abstrato-virtual, onde deve imperar a técnica extremada da imaginativa artificialização dos modos de interação produzidos pelo criador digital.

O que vai ser tratado na presente reflexão é o significado das ações conjuntas presenciais decorrentes desses processos virtuais de interação e dialogismo. O objetivo do presente é compreender o significado dessas ações, especificamente quando se configuram na prática da *flash mob*. Considerando que a dinâmica desses espaços é capaz de provocar a comunicação de identidades, valores e intenções, produzindo a partir de uma dinâmica virtual uma onda de manifestações coletivas, qual o conceito de responsabilidade que deve emergir dessa plataforma comunicacional, a *rede social*? Quando esse movimento dialógico é destinado à manifestação coletiva, qual espécie de responsabilidade social e ética decorre dessa dinâmica? E quando o que se coloca em discussão é o próprio ambiente de interações sociais, qual o sentido da responsabilidade ambiental que se constrói a partir das interações sociais virtuais? É a partir dessas questões que se procurará compreender o sentido da responsabilidade ambiental que emerge das práticas de *flash mob*, propiciadas pelas redes sociais.

#### ACERCA DE UMA ANGÚSTIA IN-COMUNICANTE: O ENREDAMENTO SOCIAL E O SUJEITO ON-LINE

Ainda que as redes sociais se baseiem em relações humanas e, com isto, não fujam das características essenciais que compõem o ser humano, pode-se compreender melhor sua funcionalidade e dinâmica, se as considerarmos como núcleo de um novo modelo de interação humana, um novo modelo de “enredamento social”. Tal termo surge da teoria dos “seis graus de separação” concebida nos anos de 1950, nos Estados

Unidos, na qual, de forma matemática (e com auxílio da probabilística) demonstrou-se que entre pessoas de diversas atividades e camadas sociais haveria uma média de apenas seis contatos para que o destino final de uma encomenda (uma mensagem) pudesse ser entregue através de intermediários que, em princípio, não tinham relações com o remetente nem com o destinatário (SANTAMARIA GONZALEZ, 2005, p. 9). É possível pensar as redes sociais, como o *Orkut*, o *Facebook*, o *Whatsapp* e similares, como plataformas de comunicação que trabalham dentro dessa sistemática de contatos.

Ao contrário de outras formas de comunicações, como o rádio, a televisão, o cinema, o teatro, o telefone e outras manifestações artísticas e científicas, a *Internet* é capaz de envolver seus usuários numa outra extensão temporal, num eterno “estou aqui”, o que caracterizaria esse novo modo de personalização do indivíduo, o de um sujeito *on-line*. O deslocamento dentro desse “espaço-tempo” virtual confunde, mais do que outros instrumentos conduzidos pela vontade de integração entre pessoas e grupos sociais, o “estar presente” físico com um modo de presentificação virtual do sujeito, o que se opera à distância física, mas numa condição segundo a qual o estar ou fazer-se presente num mesmo espaço físico de relacionamentos se torna um acontecimento real e com perspectivas existenciais (TORBEN; WOLF, 1982, p. 15-19). É aí que aparece o sujeito *on-line*, que navega pelo espaço virtual como um evento, cuja realidade das relações interpessoais é automaticamente substituída por um novo conceito de espaço-tempo que permite tornar o sujeito socialmente presente e participativo de uma relação dialógica – uma realidade metatemporal –, onde muitas falas acontecem ao mesmo tempo, sem que algo do processo comunicacional se perca por conta de uma tradicional leitura linear da atividade comunicativa. Nesse sentido, o suporte tecnológico é vetor fundamental de ocupação de um tempo presente, capaz de suspender e transportar o sujeito para qualquer lugar, para

qualquer hora e para qualquer ação (desde o habitual consumo de música com as chamadas “rádios de *Internet*” até a vista de uma paisagem, urbana ou rural, por dispositivos acoplados à rede mundial). É assim que urge essa nova categoria de sujeito – o *on-line* – como detentor de um *status* social, moral e jurídico perfazendo-se como agente dinâmico de interações sob um princípio comum de responsabilidade pelo outro.

Este panorama, com traço futurista e inovador, reflete uma nova concepção de participação e de compartilhamento de objetivos, que vão do efêmero ao permanente, do solitário ao grupal, do profissional ao curioso: todos ativos participantes de uma comunidade virtual. A conexão torna-se causa e efeito da relação do indivíduo com a vida, dentro e fora da rede virtual, isto é, a sensação de participação, de inclusão na sociedade torna-se dependente de um mecanismo alheio ao seu corpo (TADEU, 2000, p. 9-15), de modo que agora as suas ações não são mais extensões de uma atividade estritamente material e concreta do seu corpo no mundo, mas de uma tecnologia que o coloca além de sua corporeidade, o situa na própria virtualidade das relações sociais. Daí a conotação de “navegar na rede” ou “surfar na rede”. Então passa a existir a sensação de que, fora desse quadro de comunicação virtual imediata, desde os computadores pessoais domésticos ou empresariais, até os modernos instrumentos de comunicação móvel, a existência está paralisada em uma espécie de *stand by* permanente à espera da próxima conexão. Esse novo sujeito de comunicação anseia por uma ruptura temporal que o coloque além de seu tempo. A ansiedade provocada por esse *stand by* aparentemente ininterrupto, que o mundo virtual cobra como tributo da velocidade e onipresença nos eventos, só pode ser regulada quando percebemos que, ao nosso redor, milhares ou milhões de outros indivíduos também estão no mesmo movimento, nesse eterno *stand by*. Quer dizer, a angústia da espera pela comunicação de ideias, valores, sen-

timentos, sentidos e gestos dá lugar a uma consciência do elo que forma uma espécie de corrente de navegantes e que projeta, agora, uma comunidade de comunicação de sujeitos *on-line* através do *link* propriamente dito. É assim que a rede social recebe, liga – “*linka!*” – e catalisa o mal-estar da angústia pela espera. A tela apagada ou o telefone desligado renovam a angústia por aquilo que não se comunica, a inflexão in-comunicante, que emerge dessa condição de espera – o *stand by* propriamente dito –, requer ser substituída por um novo estado de ser (GRIBBIN, 1993, p. 177-214). As redes sociais passam a operar meramente como instrumentos espectadores de um ato posterior de comunicação: são os novos corpos, as novas extensões do agir no mundo. Assim surge (1) a mobilização rápida pela manifestação do consenso, ou simplesmente a *flash mob*, oriunda da relação de identidade que se constrói entre os sujeitos *on-line* a partir de sua plataforma de comunicação metatemporal, e que enseja a superação das relações virtuais mediante a expressão pessoal e física do consenso propriamente dito e (2) a consagração das redes sociais como instrumentos de construção de sentidos para uma nova realidade do mundo da vida. Isso quer dizer que, embora facilitem os processos comunicacionais e sejam capazes de superar a tradicional leitura linear dos processos dialógicos por conta de seu poder comunicacional, as redes sociais têm limites, mas a sofreguidão humana não (HARD; JAMISON, 2005, p. 171-195). Razão pela qual o processo encontra seu cume na manifestação do consenso que se expressa pessoal e fisicamente: é o ato final e derradeiro acabamento daquilo que começou a se construir virtual e metatemporalmente através das *redes sociais*, e que encontrará sua realização na *flash mob* propriamente dita, no próprio encontro voluntário dos sujeitos *on-line* intercomunicantes, ao retomarem para si algo de suas condições existenciais propriamente ditas, através do extrapolamento dos percursos digitais.

A FLASH MOB(ILIZATION): *PRENÚNCIO DE UMA NOVA IDEIA DE PERTENCIMENTO E DE RESPONSABILIDADE*

Transformar a condição *on-line* do sujeito em condição *action live* é o passo seguinte na escala do exercício de poder comunicacional que a rede social proporciona, dentro dos princípios e da não ruptura do anonimato participativo. A atitude de pertencimento aos dois mundos propriamente humanos e sociais – o virtual e o real –, sem abdicar de nenhuma das prerrogativas de ambos, é sedutora demais para ser ignorada. Esse novo sujeito – *on-line* e de ação – emerge desse novo modo de fazer comunicação e tem sua origem numa ideia de pertencimento que se configura como identidade e responsabilidade ética, integrante da *flash mob*.

O chamamento ao deslocamento do *on-line* ao *action live* (de um estar-presente para um agir-no-presente) representa a extensão da ligação entre os sujeitos, para além do limite da plataforma tecnológica da rede. Daí a dinâmica conceitual de *flash mob* como o encontro instantâneo de pessoas em lugares de livre acesso (ou de acesso possível), para uma ação de ruptura dos atos cotidianos, organizada de forma deliberadamente improvisada, através da *Internet* (seja pela via de computadores pessoais ou de dispositivos móveis de comunicação), sem identificação nominal de seus participantes, dispersando-se imediatamente após a ação de manifestação programada, mantendo-se até o fim o anonimato dos sujeitos. Trata-se de indivíduos que exercem essa nova comunicação metatemporal sem a preocupação de saber *quem são* realmente os sujeitos participantes e comunicantes, mediante a constituição de uma identidade pessoal, mas focados em discutir e compreender o *que fazer*, a ação propriamente dita, a partir da relação de identidade que é construída na rede por meio de um compartilhamento mútuo. Somente com o estabelecimento desta relação será possível a compreensão do consenso a partir do qual sua manifestação física encontrará condições de romper com a angústia característica do silêncio limítrofe provocado



pelas redes sociais. Basta, para tanto, saber-se parte de um modo de pensar a realidade ou mesmo de uma percepção da realidade, ou ainda, de saber-se alguém que compartilhe de um mesmo sentimento ou sentido de compreensão do mundo e das relações humanas. Eis o que está no centro desses diálogos metatemporais: sentir-se parte (de um grupo, de uma causa, de uma preocupação, de uma identidade ideológica) ou, simplesmente, *pertencer* a um mesmo modo de agir, a um mesmo *éthos*, a um mesmo agir comunicacional; simplesmente fazer parte daquilo que Wittgenstein já chamara de comunidade de comunicação. É nesse sentido que se pode dizer que a mobilização rápida pela manifestação do consenso – ou a *flash mob* – prenuncia as ideias de pertencimento e de responsabilidade de um grupo de indivíduos a um mesmo movimento de manifestação social, moral ou jurídica. Uma vez que ela dá condições de articular a comunicação daquilo que o indivíduo expressa como algo de sua identidade própria, os demais sujeitos *on-line* se permitem conectar-se ou não, uns aos outros, mediante uma relação de identificação de atributos éticos (e não propriamente morais ou normativos), o que perfaz a construção do consenso propriamente dito e que será, posteriormente, o motivo da manifestação presencial, física e pessoal. Isto é, sem se preocupar com a identificação nominal de seus participantes, essas comunidades de comunicação, que dialogam nas redes sociais, interagem no sentido de compartilhar sentimentos, valores, opiniões e outros sentidos da realidade, naquilo que fora chamado de compartilhamento mútuo. E esse processo comunicacional permite ao indivíduo determinar aquilo que ele considera como próprio e como impróprio, possibilitando-lhe constituir uma identidade ética para si mesmo, em razão da qual ele poderá construir um sentido de responsabilidade pelo outro, desde que se sinta pertencente àquele consenso que teve sua construção inicial na *rede social*.

Ainda que possamos localizar movimentos semelhantes na história recente (e, nesse sentido, as agitações estudantis

de maio de 1968 em Paris podem ser ilustrativas), a peculiaridade da *flash mob* reside na sua apresentação formal: movimentos coordenados e silenciosos, verdadeiramente gestuais, que são capazes de dizer muito mais que os mais bem articulados discursos retóricos. Essa marca fundamental da *flash mob* contemporânea dá-lhe contornos próprios, a separa das outras formas de mobilização e traz embutido em seu cerne o espírito da *Internet* – da rede social – que é, em seu primórdio, uma *comunicação-sem-voz*. Sua força e sua atração residem exatamente na utilização de uma forma simbólica de comunicação ancestral do ser humano (RICOEUR, 1996, p. 13-24) – o gesto –, uma forma de uso interativo e integrativo do corpo (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 237-260); verdadeiramente, a presentificação irrefutável de rostos angustiantes e expressivos, cheios de expectativas no processo de reconhecimento mútuo (LÉVINAS, 1993, p. 19-26). Tudo dotado de uma força de expressividade que se configura no mundo existencial como o acontecimento do consenso ou, simplesmente, como a manifestação silenciosa de uma pluralidade concordante e dinâmica que pode, por vezes, ser freneticamente praticada, com o uso de objetos, sons e gestuais que somente vem a reforçar a expressão de quem as pratica.

A partir dessas *flash mobs* podemos identificar dois outros movimentos coletivos que a ela se assemelham, mas que com elas não se confundem: o primeiro traduz-se na militância de diversas naturezas, de alcance sócio-político-artístico-econômico (SPERBER, 1983, p. 9-13); o segundo, na ordem mais contundente na esfera da desobediência civil (CANETTI, 1998, p. 14-30), cujo paradigma nos remete à revolução pacífica de Gandhi. Outro exemplo é o conhecido multifacetado grupo *Anonymous*, atualmente um símbolo de resistência ao Poder secular e político instituído, com extraordinária projeção na mídia e que se manifesta, principalmente, pelas reuniões maciças ao redor do planeta, invariavelmente

convocadas via *Internet* onde, dependendo do viés de interesse local, a invocação para a desobediência civil é manifesta. Nessa direção, notem-se as intervenções virtuais e reais de seguidores *Anonymous* do criador e mantenedor do site *Wikileaks*, Julian Assange, contra Estados, Governos e instituições privadas que em muito o pressionaram por conta de publicações de informações supostamente confidenciais dos seus perseguidores. Os movimentos *Anonymous*, embora também abracem as causas dos princípios éticos do comportamento humano, muitas vezes são instrumentalizados como agentes intolerantes contra minorias, como no caso dos seguidores da Cientologia, que se sentiram atingidos por uma facção dos *Anonymous*. Há uma característica essencial dos *Anonymous*, que difere totalmente daquelas que compõem as *flash mobs*: o uso de uma máscara-padrão por todos os seus militantes, o que impede a identificação dos sujeitos. Mais uma vez é a ideia de desobediência civil que está em jogo, uma vez que o próprio Ordenamento Jurídico pátrio pode impor proibições na ocultação da identidade daqueles que livremente expressam um pensamento, como é o caso da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5º, inciso IV, veda a livre manifestação anônima do pensamento.

*Flash mobs* se prestam muito mais para ações como os “*picnics*”, convocados para a praça central da cidade alemã de Braunschweig, em julho de 2009, que servem, não apenas para mostrar esferas de atuação distintas e independentes de outras formas de atuação, como os *Anonymous*, que levantaram a discussão sobre o direito de liberdade de manifestação de expressão garantido pela Constituição da Alemanha, o que exigiu pronunciamento da Suprema Corte Constitucional daquele Estado, sobre a legalidade dessa forma de ação, que havia sido proibida naquela cidade (EDITORIAL..., 2009, p. 1-2). A Justiça germânica chegou à conclusão de que existe uma diferença fundamental entre *flash mob* e outras formas de uso do espaço público – como o *smart mob*, que se destina

a reivindicações de natureza político-partidárias (e que exigem prévia autorização pelos órgãos do governo) –, e aquelas que são organizadas e se formam sem identidade com um tema específico ou uma pauta pré-concebida (RAHE, 2009, p. 1-5).

É exatamente neste ponto que os participantes de *flash mobs* podem ser confundidos com aqueles que, ao desafiar a ordem pública ou as diretrizes políticas de um Estado, resistem de diferentes maneiras (algumas, claramente adotadas pelas *flash mobs*, com o uso de gestos específicos ou movimentos coordenados) que podem exigir intervenção do Poder Público para coibi-las ou preveni-las, porquanto, persiste uma perene ameaça à ordem e segurança pública. Porém, em muitos casos, a intervenção vem para protegê-las, para que exerçam o seu legítimo direito de manifestação. *Flash mobs* podem confundir, dada sua forma de apresentação, a leitura de um militante de direitos civis ou de um ativista ambiental de que são idênticos foros de atitudes. Porém, com um olhar mais atento, é possível perceber que suas performances têm motriz própria. Neste particular, é oportuna a referência à *flash mob* realizada em Hangzhou, na China, em janeiro de 2012, onde dezenas de participantes executaram em amplo espaço público uma entusiasmada coreografia, cujo objetivo era chamar a atenção para a proteção ambiental (XINHUA, 2012, p. 1-3). Levando-se em conta a rigidez do sistema institucional chinês e sua forma de supervisionar as atividades realizadas em espaços públicos, ficou demonstrado que as *flash mobs* podem conviver com diferentes ordens públicas, das menos às mais rígidas, desde aquelas baseadas em princípios de cunho liberal individualista, até outras que privilegiam atividades de natureza coletiva duramente controladas de perto pelo Poder Público. A *flash mob* realizada em Hangzhou foi muito bem tolerada pelo governo chinês, que entendeu o manifesto como apropriado ao “espírito político chinês”, sem afrontar os costumes morais e os direitos nacionais.

Ainda que, ocasionalmente, ocorram incidentes ou intercorrências desastrosas, como foram as chamadas “guerras de travesseiros” (onde seus participantes levaram travesseiros para serem arremessados contra os rostos desconhecidos da própria *flash mob* da qual participavam) ou ainda as “festas no metrô” (ocasião em que a performance é realizada dentro dos trens e das estações, em tom de festa e comemoração), tais acontecimentos são identificados como *flash mobs*.

### *DO ENREDAMENTO SOCIAL AO FLASH MOB: INTENÇÃO ÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL*

O problema da responsabilidade enquanto questão filosófica diz respeito às condições de imputabilidade de certos atos e desloca o foco da ideia geral de *rede social* à prática da *flash mob*. Uma reflexão filosófica a respeito do tema aponta para a ideia de *consequência* oriunda do agir humano. Então, se no cenário tradicional, a *responsabilidade* enseja uma reflexão acerca da ação prática e da intenção moral do indivíduo em face do outro, na atualidade dessas novas tecnologias de comunicação, onde comunidades de comunicação são socialmente enredadas numa mesma trama dialógica e numa mesma unidade metatemporal, o conceito parece não ter sofrido qualquer alteração. Isto é, ao que parece, diferentes modos de *agir humanamente* não ensinam diferentes tipos de responsabilidade, oriundas de éticas aplicadas especiais e distintas, mas ainda se servem de uma mesma ideia geral de responsabilidade, cujo principal interesse é o de saber quais as justificativas morais que os indivíduos estão dispostos a oferecer para dar algum sentido ético à prática de seus atos (CANTO-SPERBER, 2003, p. 506).

Isso porque a correspondência entre *rede social* e o conceito geral de *flash mob* como mobilização rápida pela manifestação do consenso é indissociável do perfil dos sujeitos *on-line* e do seu modo peculiar de agir: o personagem que recebe o chamamento para a ação imediata e real é o

mesmo que navega na rede; é o mesmo que expressa e compartilha sua identidade pessoal e ética; é o mesmo que age na expressão do consenso a partir da linguagem simbólica dos gestos; é o mesmo que, silenciosamente, arca com a responsabilidade por seus atos, o que acontece com qualquer indivíduo inserido em um sistema ético. Tudo motivado pelo mesmo objetivo: o *que fazer*. E quando se pergunta a respeito do *que fazer*, questiona-se sobre a propriedade intencional da ação praticada pelo sujeito.

Esse sujeito *on-line* é, ao mesmo tempo, um indivíduo metatemporal que se condiciona ao eterno “estou aqui” e que projeta ao mundo os atributos de sua identidade pessoal com vista ao compartilhamento de valores e ao pertencimento de uma identidade própria, e é o mesmo indivíduo da presentificação material no espaço público aberto, que manifesta sua identidade por meio de uma simbologia gestual capaz de sinalizar suas intenções. Ser responsável coincide com a identificação de uma intenção ética comum, projetada no mundo como um conjunto mais ou menos uniforme de valores e percepções da realidade, compartilhados pelos demais sujeitos nas redes sociais. Nesse sentido, a irresponsabilidade poderia ser identificada em função dos atos e intenções que escapam à questão da responsabilidade, por não se encontrarem conformes às exigências morais de uma dada comunidade de comunicação. Isso quer dizer que o conceito geral de responsabilidade se define em razão das condições morais (especificamente, as que definem os sentidos da realidade coletiva, os valores e os sentimentos morais) e das volitivas (vontades intencionadas), interpostas pela comunidade como fator de identificação de seus membros (CANTO-SPERBER, 2003, p. 508). Agir com responsabilidade pode significar agir em conformidade com um determinado sistema referencial de valores e de sentimentos morais, em face dos quais a vontade de agir do sujeito se definirá como intenção ética. Então, no momento que os sujeitos *on-line* se organizam numa *flash*

*mob*, o sentido da responsabilidade já estará estabelecido como elemento de identificação ética de seus participantes. E as ações por eles praticadas deverão se realizar como expressão coordenada de um consenso, cujo sentido ético pode ser compreendido como a correspondência lógica e deontológica entre os gestuais propriamente ditos e o sentido de responsabilidade que se constituiu por ocasião do compartilhamento de sua identidade ética, o que deverá coincidir com o núcleo consensual da manifestação.

Falar da responsabilidade ambiental como fundamento e propósito da *flash mob* exige ponderar melhor a respeito do conceito de ambiente. O conceito de ambiente que aqui se traz à discussão ultrapassa as dimensões meramente espaciais e antropocêntricas de uma definição tradicional e passa a se configurar a partir dos modos de interação com o meio, isto é, das ações humanas (ou dos fazeres). Isto é, o ambiente se define não somente como espaço, mas, principalmente, como lugar de existência, pois o homem é ambiente também (COIMBRA, 2002, p. 27-37). E ele só é lugar porque é ocupado por alguém. Então, falar em ambiente é falar do ser humano e das ações que ele pratica em interação com o entorno, é falar dos processos de transformação que ele gera de acordo com suas intenções, de acordo com as vontades pessoais. Essas novas dimensões do conceito de ambiente favorecem sua compreensão em conformidade com aquela nova extensão da condição espaço-temporal – a de uma realidade metatemporal – e sob a mesma lógica que caracteriza os sujeitos *on-line*. Assim, a compreensão da ideia de ambiente se estenderá das plataformas comunicacionais propiciadas pelas redes sociais até o *lugar* de expressão da *flash mob*, permitindo reunir, metatemporal e temporalmente, indivíduos que sob uma mesma condição revelam-se estranhos e familiares, em torno de um mesmo centro de interesses e pela busca de sentido comum para uma mesma expressão pessoal de uma intenção ética. A autêntica *flash mob*, conforme idealizada a

## FLASH MOB, RECONHECIMENTO MÚTUO E RESPONSABILIDADE PELO OUTRO

partir de 2003, não dá cores ideológicas e não se preocupa em amparar teorias; ela é, simplesmente, expressão desse novo modo de interagir e de manifestar a intenção ética de se responsabilizar pelo outro, sem se preocupar em saber ou definir *quem* é esse outro, mas voltada prioritariamente a um *fazer pelo outro*.

### REFERÊNCIAS

CANETTI, Elias. *Masse und Macht*. Frankfurt: Fischer, 1998.

CANTO-SPERBER, Monique. *Dicionário de ética e filosofia moral*. Tradução de Ana Maria Ribeiro-Althoff et al. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003. v. 2.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado do meio ambiente*. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002.

EDITORIAL. *The Local Germany's News in English*, 28 jul. 2009. Disponível em: <www.thelocal.de>. Acesso em: 20 mar. 2012.

FRANCO, Augusto de. *A origem das redes sociais é a sociedade humana*: Entrevista feita por Gazetaonline, 11 jan. 2012.

GRIBBIN, John. *In search of Schrödinger's Cat*: Quantum physics and reality. London: Corgi Books, 1993.

HARD, Michael; JAMISON, Andrew. *Hubris and Hybrids*: A Cultural History of Technology and Science. New York: Routledge, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Tradução de Pergentino S. Pivatto et al. Petrópolis: Vozes, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RAHE, Michael. *Rahe Blog*. 24 de janeiro de 2009. Disponível em: <blog.michael-rahe.de/>. Acesso em: 20 mar. 2012.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*: discurso e excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 1996.

SANTAMARIA GONZALEZ, Fernando. *Ferramentas da WEB para a Aprendizagem Colaborativa*: Webblogs, Redes Sociais, Web 2.0. Disponível em:



<<http://pt.scribd.com/doc/21015722/Artigo-2005-Ferramentas-Web-para-aprendizagem-colaborativa-Fernando-Santamaria-GONZALEZ>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SPERBER, Manès. *Sieben Fragen zur Gewalt: Leben in dieser Zeit*. München: Deutscher Taschenbuch-Verlag, 1983.

TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue, as vertigens do pós-humano: Nós, ciborgues – o corpo elétrico e a dissolução do humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TORBEN, Bob; Fred WOLF. *Espaço-Tempo e Além: rumo a uma explicação do inexplicável*. 2. ed. Tradução de Hernani Gonçalves e Newton Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1982.

XINHUA, Han Chuanhao. *People's Daily Online*. 3 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/102774/7695868.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.